

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Gaspar economizou mais de R\$ 1 milhão

Gaspar critica projeto 'fura-fila' de vereador advogado I

O ex-vereador Paulo Gaspar, que economizou mais de R\$ 1 milhão dos cofres públicos ao recusar regalias de gabinete e que é popularmente conhecido por combater privilégios, criticou a proposta do vereador Marcelo Silva (PP-SP) de atendimento prioritário para "advogados e estagiários cadastrados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)" no âmbito da administração pública municipal de Campinas. "Já não bastasse os altos impostos, os privilégios, a incompetência e a burocracia na Prefeitura e na Câmara Municipal, o cidadão campineiro é surpreendido diariamente com aberrações e imoralidades protocoladas e aprovadas pelos vereadores", afirmou.

Gaspar critica projeto 'fura-fila' II

Ainda de acordo com Gaspar. "trata-se de um projeto de lei que legaliza o 'Atalho' pago para quem tem condições de contratar um advogado particular, aquele que tem o poder legal de 'furar a fila' em repartições como o INSS, prefeituras ou cartórios. Ou seja, o processo de quem paga \$\$\$ anda mais rápido. Olha o cúmulo do absurdo onde chegamos".

Ciesp



Cervone exaltou o protagonismo econômico da região

Ciesp Campinas I

Durante a posse da nova diretoria do Ciesp Campinas para a gestão 2026-2029, o presidente da entidade, Rafael Cervone, exaltou o protagonismo econômico da região. Destacou que a área de atuação da regional concentra um PIB de quase R\$ 270 bilhões, consolidando-se como a segunda maior força industrial do Estado. Segundo o dirigente, a alta concentração de tecnologia, universidades e inovação é o modelo necessário para o desenvolvimento do Brasil.

Ciesp Campinas II

"Estamos falando do segundo maior PIB do Estado, o segundo maior valor adicionado industrial do Estado, o quinto maior PIB per capita do Estado, um dos maiores IDH do Brasil, uma área de inovação, tecnologia, um acelerador de partículas e uma quantidade de universidades, ou seja, é o que o Brasil precisa: adicionar valor, tecnologia e inovação para a indústria".

PINGA-FOGO

Turbulência I

O cenário político para o PSD de Gilberto Kassab atravessa um período de instabilidade tanto na esfera nacional quanto na local. A recente desistência do governador do Paraná, Ratinho Jr., de disputar a Presidência, é um revés considerável para o projeto de "terceira via" da legenda.

Turbulência II

Mas, não é só a candidatura nacional do PSD que anda incerta. O futuro de Nelson Hossri na sigla também está claudicante. O próprio vereador afirmou que a candidatura dele a deputado estadual está sob avaliação, incluindo a possibilidade de não disputar o pleito ou de realizar uma mudança de partido.

Turbulência III

Hossri enfatizou que não pretende ser refém de siglas, e que o compromisso dele reside nas bandeiras que defende, e no eleitorado que o apoia. Nos bastidores, ventila-se a possibilidade de que ele migre para o PL. A articulação envolveria uma dobradinha com Padre Kelmon, pré-candidato a federal pela legenda.

Turbulência IV

A parceria consolidaria um bloco de direita forte na região, unindo o capital político de Hossri em Campinas à visibilidade nacional de Kelmon. Entretanto, a mudança encontra obstáculos internos no próprio PL, uma vez que a legenda já possui um nome estabelecido para a disputa na Alesp: a vereadora Débora Palermo.

Turbulência V

A existência de uma candidatura própria do PL a deputado estadual cria um conflito de interesses que pode inviabilizar a entrada de Hossri, evidenciando que, no atual momento, a reorganização das forças políticas locais e nacionais do PSD enfrenta um horizonte nebuloso.

Turbulência VI

Débora é o nome de maior peso do PL local, e como ela já possui uma base consolidada, e o partido busca otimizar votos, a entrada de outro nome forte da cidade para o mesmo cargo geraria um "congestionamento" eleitoral que a cúpula do Liberal tenta evitar.



Para Petta, debater o tema e Campinas é fundamental

Comissão da Câmara discute o ECA digital

Reunião será nesta segunda-feira (30) no Plenarinho

Da Redação

A Comissão da Criança, Adolescente e Juventude da Câmara Municipal de Campinas, presidida pelo vereador Gustavo Petta (PCdoB-SP), realiza nesta segunda-feira (30), às 15h, uma reunião com foco na proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. O debate será centrado no chamado ECA Digital, conjunto de reflexões e propostas que buscam atualizar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente diante dos desafios impostos pelas redes sociais, plataformas digitais e pelo avanço da inteligência artificial.

O tema tem ganhado destaque diante do aumento da exposição de crianças e jovens a riscos como violência online, exploração, desinformação e conteúdos inadequados. Especialistas apontam a necessidade de atualização de políticas públicas e mecanismos de regulação para garantir a proteção integral também no ambiente digital. Para aprofundar a discussão, a Comissão convidou três especialistas com atuação direta no tema: Renata Mielli, coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); Cléo Garcia, advogada e doutoranda em Educação pela Unicamp; e Gabriela Linhares, conselheira tutelar.

Segundo Petta, o debate é fundamental para aproximar o tema da realidade local.

"A proteção de crianças e adolescentes precisa acompanhar as transformações da sociedade. Hoje, grande parte da vida acontece no ambiente digital, e isso exige atualização das políticas públicas, da legislação e também do olhar do poder público. Nosso objetivo é trazer esse debate para Campinas e construir caminhos concretos de proteção", afirma.

A reunião é aberta ao público e busca reunir especialistas, representantes da sociedade civil e cidadãos interessados em discutir estratégias de proteção, regulação e garantia de direitos no ambiente digital. Será realizada no Plenarinho da Câmara Municipal (à Av. Eng. Roberto Mange, 66 – Ponte Preta).

ECA

O estatuto foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, estabelecendo a proteção a pessoas com idade entre zero e 18 anos. Substituiu o antigo Código de Menores e mudou a doutrina jurídica ao definir crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e prioridade absoluta.

O documento garante ainda o acesso à educação, saúde, liberdade e convivência familiar. Também determina as medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes que cometem atos infracionais e as punições para crimes de maus-tratos.